

C A R T A A B E R T A

C E D I . . P . I . B .
DATA 17 / 10 / 88
COD BCD 50

Caros leitores,

Ao tomarmos conhecimento da declaração pública conjunta de vários líderes religiosos Norte Americanos, referente aos direitos, preservação e respeito às crenças e tradições dos Povos Indígenas e Esquimós do North-West do Pacífico, sentimo-nos motivados a participar à que estão ameaçados os povos indígenas do Brasil e solicitar apóio e solidariedade.

A sociedade Brasileira esta para assumir os termos da sua nova carta constitucional. Passadas as fases das Sub-comissões e Comissões Temáticas, onde as sociedades indígenas foram bem acolhidas nos seus pleitos, veio a Comissão de Sistematização cujo texto final apresentado (CAPITULO VIII, Art 261, 262, 263 e 264) se mostra tendencioso, com construções de frases confusas, terminologias multi-interpretativas e conceitos que nem os militares quando no poder ousaram acatar: Todo índio que exigir seus direitos ou os direitos das comunidades, será considerado "índio com elevado estágio de aculturação" -Art. 264-, perdendo todos os direitos adquiridos nos artigos anteriores.

Na eminência da "Plenária", fase final de aprovação, a ser iniciada em Janeiro/88, as perspectivas são desalentadoras para os povos indígenas:

- Os lobby's estão com grande penetração, influenciando na composição da nova carta constitucional.

- O Conselho de Segurança Nacional/CSN, setor do Exército ligado a Presidência da Republica, assumiu a problemática e a causa indígena no Brasil passou a ser uma questão de segurança nacional onde os militares aludem estar em jogo a soberania nacional.

A politica exercida pela Fundação Nacional do Indio/FUNAI - Ministério do Interior, é acentuadamente visando a INTEGRAÇÃO, mas não via projetos de desenvolvimento comunitário ou outros programas e sim:

- Deixando as terras indígenas disponiveis a varios interesses, dificultando a sobrevivencia nas comunidades, e legalizando circunstancias criadas em detrimento dos interesses indígenas.

- Promovendo a desestruturação socio-cultural, desprezando a lingua, desrespeitando crenças e tradições ao não lhes assegurar terra e saúde. Do Presidente da FUNAI, Sr. Romero Jucá Filho:

- Liberou varias areas indígenas, em todo o Brasil, para pesquisa mineral o que não foi levado a efeito em virtude de o Ministro das Minas e Energia, Sr. Aureliano Chaves, ter reclamado a competência do assunto e resolvido aguardar os termos da nova constituição.

- Propôs "contratos" com a Madereira Regente Ltda. em Espigão do Oeste e com a Serraria Arco-Iris Ltda. em Riozinho, ambas em Rondonia, para permitir a continuação da exploração ilegal de madeira nas areas indígenas Surui e Cinta Larga, mediante o pagamento de CZ\$ 1.500.000,00, recursos esses utilizáveis em sua campanha (do Presidente da FUNAI) para Prefeitura de Recife, capital de Pernambuco.

- Conduz as regularizações das terras indígenas descaracterizando-as do uso tradicional, implantando Colonias Agricola e/ou Mineral Indigena, que teriam uma jurisdição reduzida, aprovado através do DECRETO LEI 94946 de 23.09.87.

O Território Federal de Roraima, ao Norte do Brasil, conta com uma população de cerca de 100.000 habitantes, abrangendo 1/5 da população Indígena do Brasil, cuja estimativa oficial é de 220.000 índios.

Nesta região, onde atuamos como servidores da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, e hoje junto aos índios, vivem oito povos indígenas distintos, a saber: Macuxi, Wapixana, Yanomami, Maiongong, Ingaricó, Taurepang, Waiwai e Waimiri-Atroari, que somam 35.000 índios vivendo em aldeias, em diferentes níveis de contato com as várias frentes colonizadoras.

Tais povos enfrentam sérios problemas relacionados à consumação dos seus direitos adquiridos, sua preservação étnica, sua organização socio-cultural e condições de saúde.

Constitui o cotidiano das populações indígenas de Roraima: Invasão das áreas indígenas por garimpeiros, mineradoras e caçadores; Violência dos Fazendeiros e contratação de jagunços; Abertura de estradas; Instalação de hidroeletricas; Morte e prisão de índios; depredação e contaminação do meio ambiente e estando as suas terras mesmo já demarcadas e já indenizadas ocupadas por não-índios há anos, convivendo com elevado número de doenças e óbitos e ausência de medidas preventivas de saúde.

Desde abril/86, está em fase de implantação o Projeto Calha Norte, do Conselho de Segurança Nacional-CSN/EXERCITO BRASILEIRO, que abrange 6.500 Km da fronteira Nacional.

Este projeto, aprovado por Decreto Presidencial, tem a finalidade de militarizar e vivificar as regiões ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, sendo para tanto construídas pistas de pouso, destacamentos militares e hidroeletricas, no interior de áreas indígenas.

Em Surucucu, centro da área habitada pelos Yanomami, índios considerados dos mais primitivos do mundo e isolados até então dos "ditos" civilizados, chegam os trabalhadores das empreiteiras e sub-empreiteiras do Exército sem cumprir os critérios preventivos de saúde obrigatório, que já registram várias vítimas principalmente de complicações de gripe, além da incidência de portadores de doenças venereas e infecto-contagiosas. Somados a: Extração e comércio ilegal de ouro; Roubo e comércio de armas de fogo e desrespeito às mulheres índias.

Estes fatos foram comunicados aos altos escalões da FUNAI e do EXERCITO, por ofício (FUNAI), e diante da continuação destas ocorrências, onde esperava-se fossem conduzidos com retidão a atuação configura-se genocida.

Sendo o Brasil um País do 3º mundo, com índices críticos de analfabetismo e saúde, com uma população debilitada e sujeito às pressões externas, enquanto os Estados Unidos da América-EUA comemora os 200 anos de sua constituição; Uma potência mundial... transcendemos buscando justiça aos que não tinham fronteiras, aos que não conviviam com a desigualdade social, aos nativos, aos que não são nem Ameríndios e nem Brasilíndios, mas seres humanos que não vieram de lugar nenhum e não precisavam da ajuda de ninguém até conhecer as doenças do homem branco que só os brancos curam. Peço apoio da imprensa tão liberta nos EUA, para pressionar por esta causa, estimulando setores a manifestarem apoio formal junto à sociedade Brasileira, no intuito de resguardar estes povos e ajudar o Brasil a não cometer mais este atentado aos remanescentes dos 6.000.000 de índios existentes a menos de 500 anos no Brasil.

Boa Vista/Roraima, 29 de Dezembro de 1987.

Maria Ferreira Bittencourt

Médica da FUNAI/RR até Novembro/87.  
Atividade anterior: Trabalho vinculado à Escola Paulista de Medicina - Dep. de Medicina Preventiva - 85/86, no Parque Ind. do XIUCU.

Mauricio de Lima Wilke

Servidor da FUNAI/RR até Abril/87.  
Atividade anterior: Cineasta - Funções: Editor, Montador, Diretor de Produção e Diretor de Dublagem.